

**"Foi muito frustrante vivenciar tudo isso, porque é um superpreconceito com as mães", afirma Débora Figueiredo**

## A Lei gera controvérsias

"Acredito que quanto mais a gente se posiciona, mais frutos a gente pode colher, né? E o meu propósito é tão somente esse", diz a moradora de Goiânia (GO) Débora Figueiredo, 26 anos. A profissional era gerente do Departamento de Marketing de uma empresa quando foi demitida, depois de ter sido colocada de férias sem motivo aparente. A desculpa que usaram para dispensá-la, ainda grávida, foi uma reestruturação, mas Débora afirma que, na sua área, não havia razão para serem feitas mudanças.

"Foi muito frustrante vivenciar tudo isso, porque é um superprecon-

ceito com as mães, com as mulheres. É mais difícil ainda a gente ter que ouvir a mentira como argumento, sabe?", conta.

A publicitária pede que o nome da empresa não seja exposto, não por medo de alguma retaliação, mas por acreditar que essa não é a forma que estimula uma transformação. "Meu foco é promover uma mudança na mentalidade das pessoas que estão à frente das empresas", afirma.

Débora é contra o Projeto de Lei 2.058/21, que autoriza grávidas imunizadas a voltarem ao trabalho presencial. "A pandemia não acabou, e

as mulheres grávidas são mais suscetíveis, vulneráveis e muito prejudicadas caso contraíam o covid-19. A vacina não é passaporte de isenção ao vírus", diz.

Ela pensa que essa é uma questão mais moral do que legal. Para a publicitária, as empresas estão mais preocupadas com a renda. O bem-estar do funcionário fica para segundo plano. "Apesar do departamento dentro das instituições se chamar Recursos Humanos, sem as pessoas, não há recursos. As pessoas devem vir primeiro", declara.

Segundo a publicitária, ela estava trabalhando de casa quando foi de-

mitida. "Outras grávidas trabalharam de casa como eu, e isso não diminui nosso potencial", afirma. A profissional de comunicação diz que a empresa que obriga trabalhadores a irem presencialmente, neste momento da pandemia, não aprendeu nada no último um ano e meio.

O problema, para Débora, está na falta de gestão da própria empresa, que não soube fiscalizar os funcionários de forma assertiva, não aprendeu a demandar, nem a gerir tarefas. "Não é uma questão do trabalhador. Os donos precisam se organizar e proporcionar essas mudanças", opina.